



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

SEGUNDA CÂMARA DE 05/04/11

ITEM Nº 47

PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECER

47 TC-000604/026/09

Prefeitura Municipal: Suzanápolis.

Exercício: 2009.

Prefeito(s): Antônio Alcino Vidotti.

Advogado(s): Fátima Aparecida dos Santos.

Acompanha(m): TC-000604/126/09.

Auditada por: UR-11 - DSF-I.

Auditoria atual: UR-15 - DSF-I.

RELATÓRIO

Em apreciação as **contas anuais do Prefeito do Município de Suzanápolis, exercício de 2009**, auditadas pela Unidade Regional de Fernandópolis, que elaborou o relatório de fls.37/72 e resumiu as impropriedades às fls.67/69 do laudo técnico.

Após notificação (fls. 73) o responsável apresentou sua defesa (fls.84/125) em relação aos seguintes itens:

Item 1 - Planejamento e Execução Física

- **Lei Orçamentária com autorização para abertura de créditos suplementares em percentual superior à inflação estimada para o exercício (30%);**

Admite a fragilidade do planejamento e não ignora que o percentual tem por finalidade "atender aos erros no planejamento municipal e na condição de erros não podem ter o seu valor atrelado a quaisquer taxas inflacionárias"

Item 2.1.3 - Dívida Ativa

- **Ausência de reconhecimento contábil das atualizações monetárias;**

- **Divergências entre o valor lançado no Balanço**



Patrimonial e o registrado no setor competente;

- Falta de empenho da Administração no recebimento dos débitos;

Alega que a Administração *"vem adotando as providências necessárias à recuperação dos créditos tributários..."*. Argumenta que as diferenças entre a contabilidade e o setor de tributos se referem ao exercício anterior, contudo, providenciará os ajustes necessários.

Item 2.2.1 - Aplicação no Ensino

- Falta de abertura de conta específica para movimentação dos 5% do FUNDEB diferido, em afronta ao Comunicado SDG 07/2009;

Informa que a área competente cumprirá o referido Comunicado.

Item 2.2.4 - Transferências à Câmara de Vereadores

- Repasses intempestivos de duodécimos;

Os atrasos não impediram ou afetaram os interesses da Câmara Municipal, contudo, observará com rigor o artigo 168 da Constituição Federal.

Item 2.2.5 - Outras Despesas

- Assunção e pagamento de gastos do Instituto de Previdência Municipal;

Alega que a contribuição por parte do ente patronal para as despesas administrativas, tanto pode ser por dentro (incluída na alíquota de contribuição) como por fora (valor a ser repassado além da contribuição normal fixada por lei específica), conforme faculta o artigo 6º, inciso VIII da Lei 9.717/98.

Item 2.4 - Alterações Orçamentárias

- Abertura de créditos adicionais (R\$ 4.955.785,20), correspondente a 45% da despesa inicial, o que denota insuficiente planejamento orçamentário em afronta ao princípio basilar de responsabilidade fiscal contido no artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Lembra que *"o planejamento (2009) foi elaborado pela*



administração anterior, portanto, não poderia estar muito adequado, pois, trata-se de gestores diferentes com estilos e prioridades diferentes”.

- Realização, por decreto, de alterações orçamentárias com características de transposição e/ou transferência, o que contraria o disposto no artigo 167, VI da Constituição Federal;

Admite que alguns valores acabaram sendo remanejados por Decreto do Poder Executivo, porém frisa que apenas alguns.

- Ausência de controle na emissão dos decretos (números idênticos e conteúdos diferentes);

Reconhece a falha como grotesca e injustificável, mas garante que não mais se repetirá.

Item 3.1 - Transferências Concedidas

- Repasses ao terceiro setor em percentual da Receita Corrente Líquida acima da média regional;

Deixou de apresentar justificativas.

Item 7 - Pessoal

- Pagamento de gratificação por regime especial de trabalho a 47,89% do pessoal efetivo no valor anual de R\$ 216.299,32, correspondente a 11,14% da folha de salários, sem definição de critério, o que possibilita tratamentos diferenciados para funcionários em iguais condições;

Apesar do entendimento que há justificativa para o pagamento das gratificações em comento, todas as Portarias foram revogadas para avaliação e estabelecimento de novos critérios.

Item 7.3 - Encargos Sociais

- Base de cálculo irregular - Pagamento a menor ao Regime Próprio;

Os proventos citados pela auditoria (abono pecuniário, insalubridade, regime especial de trabalho, horas extras e substituição de professor) não são tributáveis de acordo com a legislação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

municipal vigente. Em relação à substituição dos professores, explica que são servidores contratados por prazo determinado, portanto, o recolhimento deve ser efetuado ao Regime Geral de Previdência.

- Ausência de recolhimento da contribuição patronal dos segurados em gozo de auxílio doença em prejuízo ao Instituto de Previdência;

O benefício é de natureza indenizatória sobre o qual não incide a contribuição social.

Item 8 – Subsídio dos Agentes Políticos

- Fixação dos subsídios do Prefeito e vice-Prefeito por meio de Decreto Legislativo, o que contraria o contido no inciso V do artigo 29 da Constituição Federal;

Ressalta que as fixações anteriores por meio de Decreto Legislativo não foram questionadas pelas auditorias passadas e previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal. Alega que as providências para mudança do procedimento caberá ao Poder Legislativo, pois extrapolam a competência do Poder Executivo.

Item 14 – Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

- Encaminhamento intempestivo de documentos das Instruções Consolidadas 02/2008;

- Descumprimento da integralidade das recomendações deste Egrégio Tribunal;

Observa que das dezessete recomendações atendeu treze, número que pode ser considerado como satisfatório.

Item 15 – Sistema AUDESP

- Divergências entre os recursos de convênios vinculados ao ensino e à saúde efetivamente gastos no exercício e os informados pelo sistema AUDESP, em afronta aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante das dificuldades do sistema AUDESP, os servidores municipais estão, na medida do possível, adequando-se às novas exigências.

A equipe técnica apurou ainda os seguintes resultados:

APLICAÇÃO NO ENSINO	29,01%
DESPESAS COM FUNDEB	100,00%
MAGISTÉRIO - FUNDEB	71,53%
DESPESAS COM PESSOAL	30,85%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	18,51%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	2,00%

Pareceres dos três últimos exercícios:

Exercício de 2006 - TC 3473/026/06 - favorável

Exercício de 2007 - TC 2610/026/07 - desfavorável

Exercício de 2008 - TC 2139/026/08 - desfavorável

Assessorias Técnicas (*fls.131/132 e 133/137*) acompanhadas pela d. Chefia manifestaram-se pela emissão de parecer **favorável.**

Instada a manifestar sobre o item encargos sociais, SDG resumiu as anotações da auditoria (*fls. 60*) de que o Município não efetuou os recolhimentos devidos ao Instituto de Previdência Municipal, tanto do servidor como da parte patronal, sobre as verbas pagas a título de abono pecuniário, insalubridade, regime especial de trabalho, horas extras e substituição de professor, no total de R\$ 92.994,85.

Embora entenda como devida parte dos recolhimentos apontados pela fiscalização¹, SDG

¹ Sobre a parcela paga a título de Regime Especial de Trabalho e remuneração dos professores substitutos, desde que não se refiram a servidores contratados por prazo determinado, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

acredita que o caso não seja suficiente para reprovar as contas e opina pela emissão de parecer **favorável** com ressalvas.

É o relatório.

GCECR
MTM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC-000604/026/09

VOTO

APLICAÇÃO NO ENSINO	29,01%
DESPESAS COM FUNDEB	100,00%
MAGISTÉRIO - FUNDEB	71,53%
DESPESAS COM PESSOAL	30,85%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	18,51%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	2,00%

A aplicação na saúde mereceu **18,51%** do produto da arrecadação de impostos (artigo 77 do ADCT).

Não obstante, embora o município tenha atingido o mínimo exigido constitucionalmente, os índices de desempenho apurados pela Fundação SEADE² indicam taxas de mortalidade da população entre 15 e 34 anos e de mães adolescentes superiores aos da média estadual e também da região onde se encontra a Prefeitura de Suzanápolis, motivo pelo qual recomendo ao Prefeito que aprimore as políticas municipais de saúde.

Estatísticas vitais e Saúde	Município	Região de Governo	Estado	Existe política municipal de saúde específica para o grupo? Qual?
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	0	17,29	12,56	Sim - Programas sis-prenatal, bolsa família, sisvan, projeto nascer e crescer bem.
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	0	20,75	14,56	Não foi informado.
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	313,73	115,63	120,75	Sim - Programa Mente Aberta; Programa Homem Também se Cuida e Programa Mulher Saldável
Taxa de Mortalidade da População de 60 anos e mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	3361,34	3491,43	3656,94	Sim - Programa Melhor Idade
Mães adolescentes (Com menos de 18 anos. Em %)	11,32%	9,90%	7,13%	Sim - Programa Mente Aberta e SIS - Pré Natal

2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

As despesas com pessoal atingiram **30,85%**, abaixo, portanto, do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O investimento na manutenção e desenvolvimento do ensino correspondeu a **29,01%** das receitas provenientes de impostos; os investimentos no magistério com recursos do FUNDEB foram contemplados com **71,53%**, cumprindo-se o artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal³. Demais disso, utilizou-se **98,87%** recursos recebidos no exercício e a parcela diferida aplicada no 1º trimestre de 2010, como previsto no artigo 21, § 2º da Lei Federal 11.494/2007.

Segundo a auditoria, o pagamento dos subsídios aos agentes políticos ocorreu de acordo com o correspondente ato de fixação.

Quanto ao recolhimento dos encargos sociais, acompanho as ponderações da SDG (*fls.140/144*) e recomendo ao Prefeito para que recolha também a contribuição social ao Regime Próprio de Previdência incidente sobre eventual pagamento a título de "Regime Especial de Trabalho"

³ Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condignas dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Medida Provisória nº 339, de 2006).

(...)

XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

e da remuneração dos professores substitutos, desde que não contratados por prazo determinado, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

O relatório aponta que não houve arrecadação de receitas de multas de trânsito e ainda que o Executivo promoveu a aplicação dos recursos advindos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE de acordo com a Lei Federal nº 10.336/01.

Quanto ao pagamento dos precatórios, a auditoria informa que a municipalidade não possuía saldo anterior de débitos judiciais e quitou valor equivalente ao somatório dos ofícios requisitórios de 2008 e não recebeu requisitórios de baixa monta incidentes em 2009.

No que tange aos demonstrativos contábeis, a execução orçamentária evidencia déficit da ordem de 2,00%, devidamente suportado pelo resultado financeiro registrado no Balanço Patrimonial do exercício de 2008⁴.

O resultado econômico revelou-se superavitário e o saldo patrimonial cresceu **30,76%** em comparação ao exercício anterior (2008 = R\$ 7.736.956,53; 2009 = R\$ 10.116.588,27).

As justificativas ofertadas pela origem para o pagamento das despesas do Instituto de Previdência Municipal merecem guarida.

Resultado financeiro do exercício anterior	2008		1.023.765,81
Ajustes por Variações Ativas <i>(exercício em exame)</i>	2009	(*)	1.748,24
Ajustes por Variações Passivas	2009	(*)	
Resultado Financeiro Retificado do exercício de	2008		1.025.514,05
Resultado Orçamentário do exercício de	2009		(206.598,39)
Resultado Financeiro do exercício de	2009		818.915,66

⁴ (*) - Que causam interferência no Resultado Financeiro do exercício anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

As falhas constatadas na concessão da gratificação por Regime Especial de Trabalho (*descaracterização da finalidade, falta de definição dos critérios e percentuais, inobservância dos princípios da razoabilidade, impessoalidade e moralidade*) merecem relevação, especialmente em face da notícia de revogação de todas as Portarias que concederam tal benefício; ainda assim, determino que a Unidade Regional de Fernandópolis certifique da providência anunciada pela Prefeitura na próxima fiscalização.

As demais impropriedades apontadas no laudo técnico não revelam gravidade suficiente para comprometer as contas em exame; não obstante, a Unidade Regional de Fernandópolis, mediante ofício, recomendará ao atual Prefeito que adote medidas para regularização dos questionamentos indicados nos itens 1 (*Planejamento e Execução Física*), 2.1.3 (*Dívida Ativa*), 2.2.1 (*Aplicação no Ensino*), 2.2.4 (*Transferências à Câmara de Vereadores*), 2.4 (*Alterações Orçamentárias*), 15 (*Sistema Audesp*) e 14 (*Atendimento às Recomendações deste Tribunal*).

Nestas circunstâncias, voto pela emissão de **Parecer Favorável às contas do Prefeito do Município de Suzanópolis, exercício de 2009**, excetuando-se os atos porventura pendentes de apreciação.

GCECR
MTM